

A influência do olhar antropológico feminista sobre a análise dos dilemas bioéticos relativos ao corpo da Mulher no contexto brasileiro¹

Sheila Bezerra²

Resumo

A corrente crítica feminista da bioética tem, na atualidade, entre suas principais e poucas representantes, Débora Diniz, antropóloga e militante feminista que tem sua contribuição reconhecida por levar à bioética elementos metodológicos caros (e também controversos) da Antropologia e da epistemologia feminista. Entre tais elementos está o questionamento dos pressupostos universalistas e abstratos (ser humano genérico e universal) da teoria principialista da bioética, ao passo que se enfatiza, em seu lugar, a epistemologia situacional da contingência, cuja base seria o respeito pelas diferenças de raça, classe social, etnia, idade, gênero e assim por diante. Tal argumento “relativista” caminha junto com uma discordância quanto à sua versão radical - tolerância sem críticas – no que diz respeito aos valores morais da alteridade e insere o conceito político de *vulnerabilidade*, uma vez que numa determinada sociedade são as/os vulneráveis que se constituem como “alvo preferencial da dor moral”. O objetivo deste trabalho é trazer os elementos supracitados para contribuir com o debate acerca da antropologia feminista (fronteiras, impactos e desafios), bem como, a partir das questões éticas e/ou dilemas bioéticos relativos ao corpo da mulher - direitos reprodutivos e aborto - no contexto brasileiro, considerar a complexidade que tem feito das mulheres alvos preferenciais das dores morais e o posicionamento metodológico da antropologia feminista diante de tal constatação.

Palavras-chave: antropologia – feminismo – bioética

Uma antropologia feminista, ou uma antropologia “feita” por antropólogas e antropólogos feministas? Uma antropologia feminista ou uma antropologia inspirada numa epistemologia feminista? Uma antropologia feminista ou uma antropologia de base pós-estruturalista? É possível falar em teoria antropológica feminista? Enfim, essas e tantas outras interrogações contribuem para que existam mais questões do que propriamente respostas e, no interior de minhas próprias incertezas, tendo a tratar com suspeita a necessidade de uma antropologia derivada que venha a ser denominada *Antropologia Feminista*.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Maria Sheila Bezerra da Silva é mestra em Antropologia pela UFPE e atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Endereço eletrônico: mms.sheila@gmail.com

A partir de tal dúvida, ou pelas possibilidades de reflexão através da suspeição, parto do pressuposto - para este ensaio - de que uma antropologia feminista não é senão uma antropologia inspirada e/ou retro-alimentada pela epistemologia feminista ou, parafraseando a denominação do feminismo na bioética - uma corrente crítica de inspiração feminista da Antropologia.

A antropologia de inspiração feminista - como prefiro denominá-la - tem seguido um curso que tem sido comum à teoria feminista (ou à base comum das tantas teorias feministas) que, entre outras coisas, tem caminhado junto com as indagações dos discursos pós-estruturalistas colocando em xeque a ciência, sua pretensa objetividade e universalidade, questionando também a presunção do conhecimento verdadeiro e as afirmações transcendentais ou a existência de um eu absoluto, “construindo”, paradoxalmente, as bases de sua própria desconstrução ao possibilitar o questionamento de *Mulher* como categoria ou sujeito uno do feminismo.

Seguindo o raciocínio de que a antropologia de inspiração feminista tem se guiado por um curso que tem sido comum à teoria feminista, e a partir da orientação de Jane Flax³, de que o “futuro desenvolvimento da teoria feminista (e, por consequência, um melhor entendimento do gênero) também depende de colocar a teorização feminista em (e recorrer mais conscientemente a) contextos filosóficos mais amplos de que ela é ao mesmo tempo parte e crítica” lanço o seguinte questionamento: reivindicar o registro de uma Antropologia essencialmente feminista, não poderia ser interpretado como retrocesso num campo eminentemente interdisciplinar como o é a antropologia, bem como também ao feminismo num momento em que tem se questionado qualquer referência às bases essenciais que têm justificado as relações desiguais entre homens e mulheres?

Diante de tudo exposto, inclusive minhas próprias ressalvas - enquanto antropóloga e feminista - ao termo antropologia feminista lanço as seguintes questões para uma reflexão pragmática da existência e que nos ajudam a entender a influência do pensamento antropológico nas decisões que envolvem conflitos morais: Quem tem sido, ou melhor, quem tem tido até os dias atuais o poder da hegemonia do conhecimento? Quem produz conhecimento científico (partindo do pressuposto de que tem sido este o conhecimento valorizado)? Qual o lugar atribuído historicamente aos conhecimentos locais, étnicos, e das mulheres? Quais os valores morais que permeiam os conhecimentos produzidos e legitimados pelas instâncias de poder? Enfim, a partir de que pressupostos nós, mulheres e homens, imersos nos símbolos e nas ações das estruturas vigentes da sociedade, garantimos a

³ FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

autonomia e a dignidade (e a quem o fazemos) - estas duas condições incondicionais para a existência? E qual a influência disso no cotidiano de nossa existência?

Tais questionamentos são tentativas de aproximação das insuficiências, como acredito, das teorias abstratas, metafísicas e/ou ontológicas, quando estas não fazem constar em suas entrelinhas as especificidades das existências, em nome de uma predisposição essencialista a um certo tipo de comportamento diante de uma certeza também condicionada (e condicionante) de finitude do ser (ou do ser para a morte), a partir de uma grande máxima que poderia ser traduzida em que a existência precede as questões de gênero, precede as questões étnicas, precede as desigualdades de classe, ou seja, que precede a contingência.

É no contexto das questões assinaladas anteriormente que se faz possível trazer à tona o tema deste ensaio: *A influência do olhar antropológico feminista sobre a análise dos dilemas bioéticos relativos ao corpo da Mulher no contexto brasileiro*. Certamente que, em princípio, pelo menos duas perguntas deverão ser respondidas: a) de que olhar antropológico feminista se trata e, b) de quais dilemas bioéticos estamos falando e/ou em que base se fundamentam.

A corrente crítica feminista da bioética tem, na atualidade, entre suas principais e poucas representantes - Débora Diniz - antropóloga e militante feminista que tem sua contribuição reconhecida por levar à bioética, elementos metodológicos caros (e também controversos) da Antropologia e da epistemologia feminista. Entre tais elementos está o questionamento dos pressupostos universalistas e abstratos (ser humano genérico e universal), ao passo que se enfatiza, em seu lugar, a epistemologia situacional da contingência, cuja base seria o respeito pelas diferenças de raça, classe social, etnia, idade, gênero e assim por diante.

Essa linha de pensamento dentro da bioética se consolida cada dia como referencial analítico ou como Diniz e Guilhem afirmam, “a força da bioética de inspiração feminista concentrou-se na perspectiva crítica do feminismo - isto é, o olhar crítico sobre desigualdades sociais, em especial a assimetria de gênero - como um agente potencial de provocação dos pressupostos universalistas e abstratos da teoria principalista”⁴.

Os teóricos e, certamente, as teóricas da bioética foram conduzidos/as, inicialmente, pela crença da universalidade dos direitos humanos e “julgavam que seria possível arbitrar todos os conflitos morais, sem se darem conta de que tais princípios eram eles próprios culturalmente condicionados”⁵.

O argumento “relativista” da corrente crítica feminista da bioética caminha junto com uma discordância quanto à sua versão radical - tolerância sem críticas – no que diz respeito

⁴ DINIZ, Débora; GUILHEN, Dirce. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 57

⁵ ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio. In: Débora Diniz, *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001, p.16.

aos valores morais da alteridade e insere o conceito político de *vulnerabilidade*⁶, uma vez que numa determinada sociedade são as/os vulneráveis que se constituem como “alvo preferencial da dor moral”. No caso das mulheres ou a partir das relações desiguais de gênero, o conceito de vulnerabilidade passou a fazer parte das questões éticas relacionadas ao seu corpo e às condições socioculturais, que perpassariam, entre outras coisas, as “reflexões acerca da quase obrigação de toda mulher gerar um filho como parte do imaginário social”⁷.

Mais do que nunca, temos nos deparado continuamente com notícias de bebês - entre eles, gêmeos, trigêmeos, quadrigêmeos - resultados dos “milagres da ciência” e de mulheres que não conseguem engravidar e que fazem todo tipo de esforço - físico, emocional, financeiro - para alcançar essa meta. Também temos visto nos jornais, nas matérias de revistas, nos argumentos de políticas/os, na militância de feministas, nos sermões de pregadoras/es e na fala de cientistas, talvez com a mesma frequência, a palavra ‘aborto’ e todo o discurso moral a ela inerente.

Estas duas questões, ou “problemas morais” ou “dilemas bioéticos” - o uso das novas tecnologias de reprodução e o aborto - serão utilizadas neste ensaio como instrumentos de sócio-análise ou “arqueologias objetivas de nosso inconsciente”⁸ para, a partir do olhar da corrente crítica de inspiração feminista, identificar e analisar a forma como o Outro tem se construído e se perpetuado a partir dos e nos discursos sociais e quais têm sido as implicações e ou resultados de tais construções na vida e nos corpos das mulheres.

No tocante às novas tecnologias de Reprodução a questão seria: as mulheres estariam se submetendo aos tratamentos reprodutivos⁹ por estarem exercendo sua autonomia reprodutiva ou por ser a maternidade um imperativo social, “embebido em meio ao imaginário social associado à feminilidade?”¹⁰.

Ainda a partir dos pressupostos associados à feminilidade e à necessidade imperativa da reprodução, está o tema do aborto (anencéfalo ou não) que se apresenta, de acordo com dados publicados no Dossiê da Rede Feminista de Saúde, como central no debate bioético

⁶ “Antes que o apelo a princípios éticos sublimes e, muito provavelmente com forte grau de adesão entre bioeticistas de todo o mundo - tais como o princípio da liberdade ou da dignidade humana -, a tarefa da bioética deveria ser a análise, a discussão e o desenvolvimento de mecanismos éticos de intervenção frente a todos os tipos de desigualdade social. Sendo assim, a tarefa fundamental da bioética não seria mais a apresentação do mapa ético de como a humanidade deveria ser - se regida pela beneficência, a não-maleficência, a justiça ou a autonomia -, mas sim à procura por mecanismos de reparação social da vulnerabilidade moral que tornem esses princípios eficazes. De princípios éticos universais passaríamos, portanto, para a defesa de princípios compensatórios de vulnerabilidade social”. (DINIZ, GUILHEM, 2000, p.02)

⁷ OLIVEIRA, A.A.S. *et al* “Perspectivas epistemológicas da bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn”. In: GARRAFA, V. e CORDÓN, J. (Orgs.) *Pesquisas em Bioética no Brasil de hoje*. São Paulo: Gaia, 2006, p.30).

⁸ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.9.

⁹ “Com a hiperestimulação, podem se desenvolver 20, 30 e até mais óvulos num só ciclo. Os efeitos a médio e longo prazos desses hormônios nunca são mencionados e são pouco acompanhados”. (REIS, 2006: p. 84).

¹⁰ DINIZ, GUILHEM, 2002, p. 25.

quando revela que “mais de 90% das controvérsias nos meios da bioética referem-se ao campo dos direitos reprodutivos, destacando-se entre elas a questão do aborto, que, por tabela, faz aflorar as apaixonadas discussões em torno do embrião”¹¹.

O aborto antes de entrar para o rol dos dilemas bioéticos já era parte de um conflito. De um lado, estavam as questões relacionadas à saúde da mulher, e de seus direitos sexuais e reprodutivos, e a conformação de um estado efetivamente laico¹², e, de outro lado, instituições de alta influência moral na sociedade, a exemplo de setores conservadores das igrejas católica e protestante, cuja discussão estaria para além da interrupção da gravidez - no caso, a negação da sexualidade feminina e a defesa do feto.

A discussão em torno do embrião tomou forças no campo da ética e do direito a partir do momento em que a tecnociência e a indústria farmacêutica passaram a também disputar sua propriedade¹³, quando, por exemplo, “a hiperestimulação, resultando na formação de um número muito grande de óvulos, cria o que os esterileutas chamam *embriões excedentes*”¹⁴. Nesse caso, como afirma Reis, “As mulheres entram nesse empreendimento como compradoras de serviços biomédicos e como mercadoria, numa situação [...] que, segundo Walter Benjamin, é vendedora e mercadoria”¹⁵.

Ainda dentro dos dilemas bioéticos está o aborto de fetos inviáveis, com diferentes patologias, síndromes ou más formações. O caso que tem provocado mais reações é o da anencefalia, que é “outra situação dramática que entrou no cenário das possíveis exceções penais”¹⁶, mas que “as decisões se dão caso a caso: cada mulher apresenta e submete sua história de sofrimento a um juiz ou promotor que por sua vez, decide se a situação é ou não legítima para qualificar o pedido de aborto como legítimo”¹⁷. Mesmo quando da certeza de um diagnóstico de má formação incompatível com a vida extra-uterina, a mulher deverá expor seu problema ao mundo público e é neste espaço que a decisão de uma mulher em manter em seu corpo um feto por nove meses, que não sobreviverá ao nascer, será tomada.

¹¹ Rede Nacional feminista de saúde. *Bioética e Mulheres*. Dossiê. Belo Horizonte, [??], 31p. [disponível em <http://www.redesaude.org.br>]. p.16.

¹² A laicidade do Estado brasileiro que o torna efetivamente um estado de direito, ou sobre a sexualidade ou sobre a reprodução, entre outros direitos, vem sendo cada vez mais reivindicada (embora teoricamente já o seja desde a proclamação da República), isto porque cada vez mais, tem se questionado a ordem e a influência das Igrejas sobre a sociedade, bem como “essa relação é remetida imediatamente para uma ordem do Estado, por meio do poder político” (ÁVILA, 2006, p. 20).

¹³ “Na mira, os 20 mil embriões congelados nos bancos das clínicas. As células embrionárias representam o novo Eldorado dos investidores da biotecnologia. A capacidade de formarem, in vivo, os tecidos e órgãos do corpo tornou-se combustível da corrida da engenharia tecidual, chamada de medicina regenerativa” (REIS, 2004, p.34).

¹⁴ REIS, A.R.G dos. O Ethos em tempos de Bioética: O Site como Tropo. In: FERREIRA, V., ÁVILA, M. B. e PORTELLA, A P.(Orgs.) *Feminismo e Novas Tecnologias Reprodutivas*. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2006.p. 84.

¹⁵ *ibid*.p.84

¹⁶ DINIZ, Débora. *Severina Torturada*. *Série Anis*. ISSN 1518-1324. Vol. 1-6 , nº43 (2006). Brasília: Letras Livres. [Disponível em www.anis.org.br].

¹⁷ *ibid*, p.5

“O sofrimento em si não é alguma coisa que degrade a dignidade humana”. Esta frase foi proferida por Cezar Peluzo¹⁸, um dos ministros do Supremo Tribunal Federal ao tentar argumentar contra uma das assertivas do advogado da causa das mulheres grávidas de fetos anencéfalos. Por ora, utilizo sua fala para abrir espaço para uma das questões centrais nas discussões bioéticas: o sofrimento (e com quais ações agiremos ou que responsabilidades temos enquanto sujeitos coletivos e individuais de evitar o sofrimento de outrem).

O sofrimento foi tomado aqui como pano de fundo ou caminho para chegar à identificação de valores construídos, quase que imperceptivelmente, nas ações do cotidiano. Para tanto, considero algumas palavras tecidas por Débora Diniz quando aponta para algumas questões necessárias à etnografia da angústia e quando as compreendo como essenciais ao exercício proposto. Assim:

Uma etnografia da angústia, além de contemplar a lógica inerente a cada sistema simbólico, deveria também levantar a questão fundamental sobre quais são os discursos e práticas que justificam e perpetuam o sofrimento. E, talvez, mais importante do que isto, devêssemos perguntar quem se constitui, numa determinada sociedade, como alvo preferencial da dor moral¹⁹

O trabalho etnográfico aqui, pode revelar-se, tal como Bonetti²⁰ assinala “como uma marca distintiva da antropologia feminista dentro do campo da teoria feminista”, mas para sê-lo é condição “a preocupação com as relações de poder e com as estruturas de desigualdade”. Assim, tomando a etnografia como exemplo de um método em potencial da antropologia de inspiração feminista, acrescentaria a partir das mesmas condições supracitadas, os tantos outros métodos da antropologia como a observação, a observação participante, a história de vida, entrevistas semi-estruturadas e assim por diante.

Se há fronteiras entre um tipo de antropología e um outro tipo de antropología dita feminista, se há limites entre o método de obtenção de dados de um tipo de antropologia e um outro tipo de antropologia dita feminista, ousaria dizer que, a partir da consideração de que a antropologia é também “parte e crítica” desse processo que Carvalho²¹ poderia nomear nihilista, ou de “crise do humanismo”, que as fronteiras estão (mais que nunca) fluidas inclusive no tocante aos campos do pensamento social e que, uma vez que o pressuposto da teoria feminista de base pós-estruturalista é a quebra das essências, reivindicar o registro de uma Antropologia essencialmente feminista, poderia ser – e agora me lanço na tentativa de

¹⁸ Imagem: TV Justiça

¹⁹ DINIZ, Débora. *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001.p.49.

²⁰ BONETTI, Aline de L. Antropologia Feminista: O que é esta antropologia adjetivada? Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. 2006 [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Alinne_de_L._Bonetti_52.pdf]

²¹ CARVALHO, José Jorge de. La antropologia y el nihilismo filosófico posmoderno. [<http://www.uam-antropologia.info/alteridades/alt8-2-decarvalho.pdf>]

responder ao questionamento lançado ao início deste ensaio - interpretado como retrocesso tanto no que diz respeito à antropologia, quanto no que diz respeito ao feminismo.

No entanto, a partir do pressuposto de que as diferenças nas abordagens das pesquisas estão presentes (principalmente aquelas que abordam as questões de gênero sobre um ponto de vista não feminista e aquelas que o fazem sobre um ponto de vista feminista) e que seguem linhas ideológicas ímpares, é necessário reafirmar, tal qual assinala Bonetti²² um caráter de subversão que aqui estaria associado “à idéia de um desafio crítico às formas de produção do conhecimento estabelecidas, de uma possibilidade de redefinição dos caminhos a serem seguidos e da expansão dos temas a serem estudados”²³. Minha suspeita pessoal está em que para a autora supracitada, a subversão estaria representada a partir do adjetivo feminista como “modificador do substantivo antropologia”, uma vez que representaria também o “grande potencial inovador, de extrema relevância para a expansão da disciplina”.

Assim, embora concorde com a base de sua reflexão, tendo a considerar a reivindicação de tal adjetivo como possibilidade de retrocesso, ou menos complexamente, como uma reivindicação sem bases seguras, uma vez que para se constituir como disciplina específica, a Antropologia com seu adjetivo feminista deveria satisfazer requisitos necessários para a criação de um novo campo disciplinar tais como ter em seu arcabouço teorias e métodos que pudessem lhe conferir um caráter exclusivo e para tanto, por ora, parece-me que há um longo caminho a ser trilhado.

²² BONETTI, Aline de L. Antropologia Feminista: O que é esta antropologia adjetivada? Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. 2006 [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Alinne_de_L._Bonetti_52.pdf]

²³ ONO, Sarah. Feminisms without women: experimentation and expansion in feminist anthropology. In ONO, Sarah & COMITO, Jacqueline. *Who's afraid of Margery Wolf: Tributes and perspectives on anthropology, feminism and writing ethnography – an anthology by students of Margery Wolf*. University of Iowa. Working Paper # 277, January, 2003.

Referências

- BONETTI, Aline de L. Antropologia Feminista: O que é esta antropologia adjetivada? Anais do VII Seminário Fazendo Gênero. 2006 [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/A/Alinne_de_L._Bonetti_52.pdf]
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.9.
- CARVALHO, José Jorge de. La antropologia y el nihilismo filosófico posmoderno. [<http://www.uam-antropologia.info/alteridades/alt8-2-decarvalho.pdf>]
- DINIZ, Débora. *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001.p.49.
- _____. *Severina Torturada*. Série Anis. ISSN 1518-1324. Vol. 1-6 , nº43 (2006). Brasília: Letras Livres. [www.anis.org.br].
- DINIZ, Débora; GUILHEN, Dirce. *O que é bioética*. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 57
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- OLIVEIRA, A.A.S. *et al* “Perspectivas epistemológicas da bioética brasileira a partir da teoria de Thomas Kuhn”.In: GARRAFA, V. e CORDÓN, J. (Orgs.) *Pesquisas em Bioética no Brasil de hoje*. São Paulo: Gaia, 2006, p.30).
- PORTELLA, A P.(Orgs.) *Feminismo e Novas Tecnologias Reprodutivas*. Recife: SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia, 2006.p. 84.
- REIS, A.R.G dos. O Ethos em tempos de Bioética: O Site como Tropo. In: FERREIRA, V., ÁVILA, M. B. e ROUANET, Sérgio Paulo. Prefácio. In: Débora Diniz, *Conflitos Morais e Bioética*. Brasília: Letras Livres, 2001,